

**“O sol brilha pra todos e cada um tem que fazer a sua parte”: práticas colaborativas entre mulheres empreendedoras rurais em Mirolândia**

**Alline Leônidas**

**Luíza Chiarelli de Almeida Barbosa**

**Aline dos Santo Barbosa**

**Resumo:** Este estudo analisa as dinâmicas colaborativas na produção artesanal da castanha de caju desenvolvidas por um grupo de mulheres da comunidade rural de Mirolândia, em Picos (PI). A pesquisa adota abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e observação direta, visando compreender as interações sociais e organizacionais que sustentam essa prática empreendedora. Os resultados indicam três pilares interdependentes: a divisão funcional das tarefas, com gestão compartilhada do tempo e das responsabilidades; a construção de um modelo de comercialização baseado na confiança mútua; e o desenvolvimento de estratégias coletivas para garantir segurança física e emocional no ambiente de trabalho. Tais práticas ultrapassam a dimensão econômica, constituindo respostas à vulnerabilidade social, à escassez de políticas públicas e às desigualdades de gênero no meio rural. À luz de referenciais sobre economia solidária, empreendedorismo rural e territorialidades femininas, identifica-se a experiência como uma prática transformadora, enraizada no território e sustentada pelo protagonismo feminino. Conclui-se que o empreendedorismo rural feminino assume contornos coletivos, articulando reciprocidade, corresponsabilidade e inovação. O estudo contribui ao debate acadêmico ao reafirmar o papel das mulheres como agentes centrais na construção de economias locais resilientes e socialmente sustentáveis.

**Palavras-Chave:** Empreendedorismo Rural Feminino; Economia Solidária; Práticas Colaborativas.

## 1. Introdução

A cajucultura configura-se como uma das mais relevantes cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, representando 24,8% do PIB do setor em 2022 (CEPEA, 2022). Concentrada majoritariamente na região Nordeste, a cultura do caju ocupa cerca de 424 mil hectares, o que corresponde a 99,7% da área nacional cultivada com cajueiros (IBGE, 2022). Essa atividade possui uma expressiva importância socioeconômica para o território nordestino, não apenas pela geração de emprego e renda, mas por seu papel estratégico em períodos de escassez hídrica, especialmente nas comunidades mais vulneráveis (Brainer & Vidal, 2020). O estado do Piauí destaca-se como o segundo maior produtor nacional, com uma estimativa de 21,6 mil toneladas de caju, sendo a macrorregião do município de Picos responsável por 174 toneladas da produção estadual (CONAB, 2023; IBGE, 2022).

Nesse cenário, o protagonismo das mulheres na cajucultura permanece pouco explorado pela literatura e sub-representado nas estatísticas. As informações sobre o trabalho feminino no empreendedorismo rural são escassas, tanto pelo difícil acesso aos dados quanto pela histórica invisibilização das mulheres no campo (Rosa et al., 2020). Segundo o SEBRAE (2022), apenas 7% das mulheres Donas de Negócio (DN) atuam no setor agropecuário, comparado a 17% dos homens. Apesar da disparidade, as mulheres têm ocupado progressivamente posições de liderança no meio rural: em 2013 representavam 10% das pessoas no comando das propriedades; em 2017 esse número subiu para 30%, superando os homens em escolaridade de nível superior (Gavras, 2018).

Estudos como os de Erazo, Costa e Silva (2020) demonstram que, caso houvesse igualdade de condições entre homens e mulheres rurais, a produtividade agrícola global poderia ser significativamente ampliada. Isso reforça a necessidade de reconhecer e valorizar o papel estratégico das mulheres no campo, especialmente nas cadeias produtivas familiares, como a da cajucultura. Estima-se que essa cadeia gere mais de 25 mil empregos diretos, 16 mil empregos na agroindústria e cerca de 67 mil colocações sazonais, entre diretas e indiretas (Brainer, 2022). Além do impacto econômico, a cajucultura também exerce papel social relevante, fortalecendo identidades locais, reduzindo o êxodo rural e valorizando os recursos culturais e artísticos das comunidades envolvidas (Brainer, 2022).

A crescente inserção feminina no mundo do trabalho, inclusive no setor agrícola, tem sido acompanhada por transformações significativas nos perfis de liderança e nas formas de organização produtiva. Martinho (2012) aponta que o mundo tem assistido ao crescimento do protagonismo das mulheres na economia, com um número cada vez maior ocupando cargos e funções antes predominantemente masculinas. No mesmo sentido, Pereira (2016) destaca que o gênero feminino possui papel fundamental na atividade empreendedora contemporânea, superando barreiras estruturais por meio da mobilização de competências relacionais, gestão colaborativa e criatividade na resolução de problemas.

Nesse contexto, o empreendedorismo rural feminino emerge como um campo de investigação relevante e ainda incipiente na literatura acadêmica (Pato & Teixeira, 2016). A atuação das mulheres empreendedoras no meio rural se caracteriza não apenas pela condução de negócios próprios, mas por formas específicas de produzir, gerir e inovar com base em saberes tradicionais, redes sociais de apoio e práticas de colaboração (Oliveira et al., 2018; Maia et al., 2019). A tradição familiar, os valores culturais e o cotidiano das comunidades tornam-se elementos estruturantes para a ação empreendedora dessas mulheres, que muitas vezes

desenvolvem seus negócios em contextos de precariedade institucional, ausência de políticas públicas e desafios relacionados à conciliação entre trabalho e vida pessoal (Souza & Guimarães, 2005; Machado et al., 2013; Martini, 2020).

Neste artigo, propõe-se analisar de que forma as mulheres empreendedoras da comunidade rural de Mirolândia, em Picos do Piauí, constroem e sustentam seus empreendimentos na cajucultura a partir de práticas colaborativas. A análise centra-se na compreensão do empreendedorismo feminino em contextos rurais como um fenômeno coletivo, territorializado e situado, onde a colaboração entre pares desempenha papel decisivo para o enfrentamento de vulnerabilidades, acesso a mercados e fortalecimento da sustentabilidade dos empreendimentos (Ferreira, Bohnenberger & Schmidt, 2022; Guedes et al., 2023).

A relevância deste estudo reside na possibilidade de dar visibilidade às estratégias de resistência, solidariedade e inovação protagonizadas por mulheres que historicamente foram excluídas do debate sobre desenvolvimento rural e empreendedorismo. Com base em uma abordagem qualitativa, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, observação direta e análise de documentos primários como fontes de dados, analisadas por meio de codificação, segundo o modelo de Yin (2016). A triangulação das evidências empíricas permitiu identificar três dimensões principais das práticas colaborativas desenvolvidas pelas empreendedoras: (i) a divisão do trabalho com complementação de renda; (ii) a gestão do comércio e atendimento ao cliente; e (iii) a busca por segurança coletiva.

As principais contribuições deste estudo consistem em destacar o protagonismo feminino no empreendedorismo rural brasileiro, especificamente no contexto do beneficiamento e comercialização da castanha de caju; identificar e caracterizar as dinâmicas colaborativas predominantes nesse cenário; e analisar os impactos sociais gerados por essa atividade econômica na comunidade de Mirolândia.

## **2. Método de pesquisa**

Este artigo é um recorte de um estudo mais amplo sobre o empreendedorismo rural feminino desenvolvido na comunidade de Mirolândia, localizada na zona rural do município de Picos, no estado do Piauí. A abordagem adotada neste estudo é qualitativa, com ênfase em uma perspectiva exploratória e interpretativa, voltada para a compreensão da realidade vivenciada por mulheres empreendedoras no contexto da cajucultura.

A pesquisa de campo foi realizada com 20 mulheres atuantes no beneficiamento da castanha de caju, abrangendo atividades que vão desde a extração da amêndoa até a comercialização do produto final. A seleção das participantes foi feita por meio da técnica de amostragem Snowball (ou bola de neve), sendo adotados como critérios de inclusão a atuação na produção ou comercialização da castanha de caju e a residência na comunidade de Mirolândia. Nove entrevistadas dedicam-se à extração da amêndoa e onze concentram suas atividades na comercialização do produto.

As entrevistas ocorreram entre os dias 10 de julho e 31 de agosto de 2023, sempre de forma individual, presencial e no local de trabalho das participantes, geralmente em suas próprias barracas. As entrevistas foram gravadas com o consentimento das participantes e totalizaram 8 horas de gravações. A gravação em áudio e vídeo possibilitou a posterior transcrição e análise detalhada do conteúdo, bem como a observação de aspectos não verbais como expressões faciais e gestos. Para garantir o anonimato e a integridade das participantes,

seus nomes foram substituídos por pseudônimos, e todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme os princípios éticos da pesquisa científica. O Quadro 1 a seguir ilustra o perfil das respondentes e a duração das entrevistas:

Quadro 1. Perfil das entrevistadas

N.º	PSEUDÔNIMO	DURAÇÃO	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTACO CIVIL	FILHOS
1	Maria	21 min	29	Ens. Fund. Incompleto	União estável	2
2	Ana	31 min	33	Alfabetizada	Casada	1
3	Júlia	43 min	39	Ens. Fund. Incompleto	Casada	2
4	Francisca	31 min	60	Ensino Médio Completo	Casada	3
5	Luiza	30 min	47	Ens. Fund. Incompleto	Casada	2
6	Gabi	21 min	53	Ens. Fund. Completo	Solteira	0
7	Luana	19 min	25	Ens. Fund. Incompleto	Divorciada	1
8	Alice	26 min	46	Alfabetizada	União estável	3
9	Laura	15 min	43	Ensino Médio Completo	Casada	2
10	Sofia	20 min	54	Ensino Médio Incompleto	Casada	3
11	Olivia	15 min	17	Ensino Médio Incompleto	União estável	1
12	Marisa	20 min	21	Ensino Médio Incompleto	União estável	1
13	Elisa	18 min	37	Ens. Fund. Incompleto	Casada	2
14	Helena	18 min	32	Ens. Fund. Incompleto	Casada	1
15	Lara	15 min	Não informou	Ens. Fund. Completo	União estável	4
16	Lívia	15 min	53	Não informou	Casada	0
17	Manu	40 min	34	Ensino Médio Completo	Casada	3
18	Jade	15 min	39	Ens. Fund. Completo	Casada	2
19	Mara	20 min	42	Ens. Fund. Completo	Casada	2
20	Liz	15 min	23	Ensino Médio Incompleto	União estável	2

Fonte: Elaborada pelas autoras (2023).

Além das entrevistas, foram utilizadas outras fontes de evidência, como a observação direta assistemática e não participativa, realizada ao longo de cinco visitas à comunidade. Nessa etapa, foram registrados 125 fotografias, 19 vídeos, diversos artefatos organizacionais (como cartões de visitas e sacolas personalizadas dos empreendimentos), além de 15 páginas de notas de campo, totalizando aproximadamente 12 horas e 36 minutos de observação in loco.

O processo de análise dos dados seguiu os princípios da codificação propostos por Yin (2016), percorrendo as seguintes etapas: (1) compilação dos dados, por meio da organização sistemática das transcrições, registros audiovisuais e notas de campo; (2) decomposição, com a fragmentação dos dados em unidades menores por meio da codificação linha a linha; (3) recomposição, que consistiu na reorganização dos fragmentos codificados, possibilitando a identificação de padrões e categorias emergentes; (4) interpretação, com a construção de sentidos a partir das evidências agrupadas; e (5) conclusão, com a sistematização dos resultados e formulação de insights sobre o fenômeno estudado.

Inicialmente, a análise partiu de uma abordagem dedutiva, orientada pelo objetivo do estudo mais amplo, centrado na utilização de recursos organizacionais pelas empreendedoras. No entanto, durante o processo de codificação linha a linha, emergiram indutivamente evidências de múltiplas práticas colaborativas entre as mulheres, observadas tanto nos discursos

quanto nas práticas cotidianas registradas em campo. A triangulação das fontes – entrevistas, fotografias, vídeos, artefatos organizacionais e observações diretas – possibilitou uma visão mais abrangente e aprofundada do contexto, favorecendo a construção de um entendimento robusto sobre as dinâmicas de colaboração no empreendedorismo rural feminino.

### 3. Resultados

Mirolândia, uma comunidade rural situada às margens da BR-316/Km-293, na cidade de Picos/PI, destaca-se como um importante polo rodoviário no Nordeste, conectando o Piauí a quatro estados vizinhos. Picos, considerada a principal cidade do Vale do Guaribas, abrange 39 municípios e é central para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) do caju e do mel. A região é a principal produtora de castanha in natura no Piauí, sendo o estado o segundo maior produtor desse produto no Brasil (IBGE, 2022). A comunidade de Mirolândia teve origem na década de 1950, quando famílias migraram de localidades vizinhas em busca de terra para moradia e plantio de mandioca, uma cultura em expansão na época. O empreendedorismo rural feminino é estruturado por valores culturais, práticas tradicionais e redes sociais locais, que influenciam diretamente na constituição dos negócios, conforme apontam Oliveira et al. (2018) e Maia et al. (2019). A economia local atual destaca-se pela cultura do caju, com ênfase no beneficiamento artesanal e na comercialização da castanha. Localizada a 18,1 km do centro de Picos, a comunidade abrange uma área de 6,39 km, com 110 barracas em 2023 (Figura 1).



Figura 1. Trecho estudado da BR-316  
Fonte: Google Earth, 2025, com alterações de autoria própria.

A análise do perfil das entrevistadas revela uma diversidade quanto à composição familiar, responsabilidade pela renda e experiência no empreendedorismo. No que diz respeito à maternidade, destaca-se que 2 mulheres não têm filhos, enquanto 5 possuem 1 filho, 8 têm 2 filhos e 5 têm 3 ou mais filhos. Em relação ao número de pessoas na residência, 1 mora sozinha, 4 vivem apenas com o marido, 6 compartilham a casa com outras duas pessoas, e 9 residem com 3 ou mais pessoas. No aspecto da responsabilidade pela renda familiar, 11 se consideram chefes de família, 7 dividem a responsabilidade com o companheiro/marido, e 2 não se consideram responsáveis pelo sustento do lar. As histórias de vida delas corroboram com

Silveira e Fernandes (2012), em relação à presença do empreendedorismo no núcleo familiar é uma variável essencial que favorece a iniciativa empreendedora.

Quanto à trajetória de seus negócios na cajucultura, 3 mulheres possuem suas barracas há menos de 3 anos, 16 têm estabelecimentos consolidados há mais de 4 anos, e 1 atua no empreendedorismo indireto há mais de 10 anos. Evidencia-se que a influência familiar desempenha um papel crucial na escolha pelo empreendedorismo na cajucultura (Oliveira et al., 2018; Maia et al., 2019), conforme narrativas que destacam a tradição familiar e a transmissão de conhecimentos e práticas ao longo das gerações: Laura afirma “Meus pais já tinham barraca, aí eu comecei trabalhar com eles, aí quando eu casei, comecei a trabalhar pra mim”; Ana destaca que “Começou com meu irmão, a primeira barraca foi dele. Quando eu tinha 10 anos, ele passou a barraca para mim e desde então não parei mais. Sempre fiz de tudo... eu assava, quebrava, despelava, comprava e ia levando a vida.”

O caso de Sofia também foi assim: “quando eu cheguei aqui, a fonte de renda era essa, a castanha, aí tive que colocar barraca também”, relata. “Eu sou de Brasília, o meu marido foi me buscar lá (risos), tem 24 anos que moro aqui, e quando chegamos, foi bem no tempo do caju, aí já foi trabalhando com caju”, conta Francisca. Além disso, o contexto vivido pelas empreendedoras, percebe-se que muitas das quais foram impulsionadas pela demanda econômica do caju na região, destacando a influência do ambiente na decisão de empreender como uma forma de transformar suas vidas.

A diversidade nos perfis familiares e nas motivações empreendedoras observadas entre as entrevistadas ilustra o que Souza e Guimarães (2005) e Machado et al. (2013) descrevem como um contexto de desafios estruturais, onde a decisão de empreender é também uma resposta a restrições institucionais e à necessidade de conciliação entre trabalho e vida doméstica. Essa realidade se alinha à constatação de Rosa et al. (2020) sobre a invisibilidade histórica das mulheres no meio rural e à sua atuação estratégica frente à ausência de políticas públicas eficazes.

### *3.1 Divisão do trabalho em empreendimentos rurais femininos*

A divisão do trabalho e a complementação de renda, é fundamental nos empreendimentos femininos colaborativos, pois, de acordo com Guedes et al. (2023), é uma dinâmica coletiva de enfrentamento das vulnerabilidades, em que muitas mulheres empreendedoras conciliam suas atividades comerciais com o trabalho doméstico e o cuidado com a família, o que demanda estratégias flexíveis para organização do trabalho (Souza & Guimarães, 2005; Machado et al., 2013; Martini, 2020). A estruturação do trabalho colaborativo permite que cada participante desempenhe um papel específico dentro do empreendimento, o que melhora a produtividade e otimiza o tempo das empreendedoras (Oliveira et al., 2018; Maia et al., 2019; Antonio et al., 2020). Além disso, a complementaridade entre diferentes atividades garante maior estabilidade econômica para as famílias, permitindo que as mulheres diversifiquem suas fontes de renda por meio da produção de alimentos, artesanato e outros serviços (Rodrigues et al., 2021).

A divisão do trabalho com complementação de renda, se evidencia no processo no beneficiamento da castanha de caju, na localidade rural de Miroslândia, que ainda é conduzido de maneira artesanal, rústica e tradicional. Conforme destacado pelas entrevistadas do estudo, o método empregado na extração da amêndoa permanece inalterado desde as gerações passadas,

como ilustram os relatos de Mara: "sempre foi assim, sempre artesanal", e Ana: "não tem outra maneira não, é esse o processo". O procedimento é comumente realizado em cinco etapas sequenciais: (i) as castanhas são assadas em um frande artesanal e mexidas com uma enxada. O fogo é alimentado pela casca da castanha que contém um líquido cáustico inflamável. O tempo de queima varia conforme a experiência do assador, o processo ocorre a céu aberto nos terreiros das casas, deixando um resíduo viscoso no chão e nas ferramentas; (ii) quando as castanhas estão prontas, o frande é resfriado com água, promovendo um choque térmico que facilita a extração da amêndoa; (iii) a quebra após o resfriamento, ocorre manualmente, ou na barraca ou no quintal, com condições e ferramentas improvisadas; (iv) em seguida a amêndoa é levada a um forno de barro por 2 ou 3 horas, em alta temperatura, para secar, retirar os resíduos e proporcionar uma textura mais crocante; (v) as trabalhadoras sentadas em uma cadeira, utilizando uma peneira grande e uma faca, removem a camada da pele seca que envolve o bago. Também fazem a separação entre as castanhas inteiras e quebradas. Para a exposição do produto nas barracas para o consumidor final as castanhas são pesadas e embaladas em sacos plásticos de diferentes tamanhos, e assim, as castanhas e outros produtos são organizados.

Adotando uma abordagem de empreendedorismo feminino e práticas colaborativas, a comunidade dividiu as tarefas de acordo com as preferências individuais, fornecendo produtos aos comerciantes locais e exportando para outras regiões (Oliveira et al., 2018; Maia et al., 2019). Esse sistema de apoio solidário, conforme Gaiger (2009), busca atender às necessidades dos trabalhadores, promovendo o desenvolvimento integral por meio da colaboração. A divisão do trabalho foi percebida como uma estratégia para aliviar a carga de trabalho, como indicado por Maria, que se concentra na venda, enquanto sua prima realiza o processo de beneficiamento. Helena e Laura, mesmo tendo suas barracas, contribuem com a despelagem para outros comerciantes. Essas práticas de troca na cajucultura de Mirolândia envolve dimensões econômicas e culturais, refletindo relações de amizade, vizinhança e laços familiares na comunidade, conforme destacado por Keller (2011). Ou seja, o trabalho é dividido na comunidade, quem não tem barraca, faz o processo de beneficiamento para as barracas. Outras, além da barraca, trabalham no beneficiamento para ganhar um extra.

Na Figura 2 aparece uma mulher quebrando castanha no terreiro de sua casa, ela tem ensino médio completo e quebra uma média de 2 a 3 sacos de castanha por dia. Ela trabalha com o seu marido na quebra para terceiros, eles têm uma filha de 3 anos. Como a filha não está na escola, a mulher quebra castanhas entre as 5h e as 8h30, para dedicar-se aos cuidados da casa. Ela relatou que "acha bom o que faz", pois trabalha em casa, faz o horário de trabalho, cuida das suas "coisinhas" (se referindo aos cuidados da casa) e cuida da filha. Ela afirmou que não tem outra perspectiva de trabalho, diz "se não fosse a castanha seria só dona de casa". O local de quebra é precário, no quintal de sua casa, a mulher está sentada num saco, encostada numa árvore, entre suas pernas tinham dois tijolos e uma pedra empilhados, na frente uma lata velha e suja em que ela joga o bago (amêndoa) da castanha após retirada da casca.



Figura 2. Processo de quebra da castanha  
Fonte: Autoria própria.

Já na Figura 3, foi registrada em um lugar coberto para o armazenamento da castanha in natura e beneficiada, onde ocorrem os processos de despeliculagem, pesagem e armazenagem. Durante todo o dia tem pessoas da própria família ou vizinhança realizando esse trabalho, se revezando de acordo com a sua disponibilidade.



Figura 3. Processo de depelagem da castanha  
Fonte: autoria própria.

Essas práticas também dialogam com o que Gaiger (2009) define como uma economia baseada na associação e na solidariedade, promovendo o desenvolvimento integral dos envolvidos. O caráter artesanal do beneficiamento da castanha, a divisão por etapas e a troca de serviços entre vizinhas e familiares também retomam as análises de Brainer (2022) e Brainer & Vidal (2020) sobre a relevância socioeconômica e cultural da cajucultura nas comunidades nordestinas, especialmente para as mulheres, que desempenham papéis invisibilizados mas fundamentais na cadeia produtiva.

### *3.2 Gestão do comércio e atendimento ao cliente em empreendimentos rurais femininos*

A gestão do comércio e atendimento ao cliente, se reflete em estudos sobre economia solidária e empreendedorismo feminino, os quais ressaltam que a organização coletiva permite que as mulheres compartilhem responsabilidades administrativas e aprimorem a experiência de venda (Araújo & Fahd, 2022). No contexto do empreendedorismo rural, as mulheres frequentemente enfrentam desafios relacionados à falta de qualificação em gestão e finanças, assim como a falta de acesso a financiamento e o suporte técnico, aspectos que impactam a organização e lucratividade de seus negócios (Ferreira, Bohnenberger & Schmidt, 2022; Guedes et al. 2023). Entretanto, a colaboração entre empreendedoras permite que elas desenvolvam estratégias de precificação, marketing e fidelização de clientes, reduzindo os impactos dessas dificuldades (Ferreira, Bohnenberger & Schmidt, 2022).

Em relação a essa categoria, a Figura 4 mostra uma das barracas organizada para a exposição dos produtos. As empreendedoras de Mirolândia praticam a colaboração de forma espontânea, fortalecendo a dinâmica comercial local. O compartilhamento de estoque é uma prática comum, garantindo que nenhuma vendedora perca uma oportunidade de venda por falta de produto, algumas vezes vendem o produto da outra barraca quando o seu acaba, para não perder tempo e não deixar seu cliente sair sem produto. Também ocorrem situações em que um cliente está em uma barraca, mas a dona da barraca está em casa, fazendo algum afazer doméstico ou comercial, como doces ou caramelizando as castanhas, a dona da barraca vizinha avisa que tem cliente, ou faz a venda. Ou seja, quando um cliente chega a uma barraca cuja responsável está ausente, a vizinha pode auxiliá-lo, seja realizando a venda em seu nome ou chamando a empreendedora para concluir o atendimento.



Figura 4. Exposição dos produtos em uma das barracas na BR-316  
Fonte: autoria própria.

Essa cooperação se reflete nas falas das próprias empreendedoras, como destaca Ana: “Aqui, quando a minha castanha acaba, eu pego logo as de Maria e vendo para ela. Eu faço isso. Porque não pode perder tempo e temos que ajudar umas às outras.” Mara reforça essa cultura colaborativa ao afirmar: “Nós aqui, que temos as barraquinhas próximas, procuramos fazer as coisas combinadas, do mesmo jeito, pelo mesmo preço, sem querer passar a perna no outro, ajudando uns aos outros”. Além disso, os comerciantes combinam os preços, as formas de pagamento e a disposição dos produtos nas barracas para não atrapalhar a venda de ninguém (Figura 5).



Figura 5. Proximidade das barracas na BR-316

Fonte: autoria própria.

Na Figura 6, vê-se uma mulher de 39 anos fazendo a pesagem e empacotamento da castanha em sua barraca, ela terceiriza todo o processo de beneficiamento da castanha. Possui ensino fundamental incompleto, ela compra a castanha in natura e paga para outras pessoas realizarem o beneficiamento. “Uma pessoa sozinha não faz. Aí eu já tenho cinco pessoas que faz pra mim. Exclusivamente pra mim” (Julia). Essas pessoas que trabalham para ela são duas sobrinhas, um parente do marido e outras duas pessoas da comunidade. Sem aparecer na imagem, ao lado de Julia está sua mãe cortando caju para elas fazerem doce. Ela tem 2 filhos, um deles ajuda na barraca no turno da tarde (contraturno da escola) e no período de férias e outra filha só estuda para o ENEM (quer ser médica). O marido trabalha na cidade de Picos, ajuda na montagem e retirada da barraca. Ela praticamente dedica seu tempo aos filhos (adolescentes) e a barraca. Terceiriza os trabalhos domésticos. É uma das que mais vende na comunidade, ela vende em média 200 kg de castanha processada por semana no período fraco de vendas.



Figura 6. Julia fazendo o processo de pesagem e empacotamento  
Fonte: autoria própria.

Foi perguntado a respeito da concorrência diante do mercado em que elas estão inseridas e o diferencial competitivo que a castanha de caju produzida na comunidade tem em relação à praça. Sobre a concorrência, percebeu-se nas falas das entrevistadas e nas observações realizadas que algumas consideram o mercado concorrido. Jade relata: “É muita a concorrência, porque tem muitas barracas. Porque o pessoal daqui da comunidade, quase todo mundo depende disso, da castanha, é o que tem aqui, é forte aqui. Se chegar a faltar a castanha, haverá desemprego em massa”. Outras até consideram a concorrência grande, mas, ao mesmo tempo, não a veem como fator impeditivo, como pode ser analisado nas seguintes falas:

O sol brilha pra todos e cada um tem que fazer a sua parte, tem que ser criativo, eu gosto muito de inovar, gosto de cor diferente, você vê minha placa é totalmente diferente, eu gosto é de manter minha barraca cheinha, limpinha para diferenciar das outras (JÚLIA).

Muito concorrido, mas não atrapalha. Eu acho que dá pra todo mundo. Porque tem geralmente o tempo certo, que as vendas são melhores nos meses das férias, julho, dezembro e janeiro. São os melhores meses do ano para a venda dos produtos. Passa muito carro na pista, turistas viajando, e dá pra todo mundo ganhar seu dinheiro bom e viver bem (MARISA).

Na minha opinião, todos têm a mesma oportunidade e a mesma capacidade de vender. Dias melhores, dias piores, mas sempre tem venda. Acho normal (LAURA).

Outras entrevistadas não consideram o mercado concorrente, "Eu não considero concorrido, porque Deus dá pra todos e todo mundo já tem seus clientes" afirma Maria. "Não digo que é concorrido, porque passa muita gente aqui na BR, cada pessoa tem sua barraca, tem a sua qualidade, o seu produto", relata Manu.

Não é concorrido. Porque a maioria trabalha por encomenda. Aqui você vê esses barracos, mas tem muita gente daqui que não tem barraco de jeito nenhum e trabalha mais do que eu com castanha. Porque eles trabalham com castanha pra fora. Ele chega assar no dia cinco, seis sacos, sem ter barraca. Movimentando dentro de casa, tendo um lugarzinho já reservado (LAURA).

A gestão compartilhada dos pontos de venda e a prática cotidiana de colaboração entre as empreendedoras, como a troca de produtos e a cobertura de atendimento entre barracas vizinhas, apontam para um modelo de organização econômica pautado na confiança e no cuidado mútuo. Tal configuração se aproxima da perspectiva de Ferreira, Bohnenberger e Schmidt (2022), que destacam a colaboração como alternativa para minimizar barreiras enfrentadas por mulheres empreendedoras, especialmente no que tange à capacitação técnica, à gestão e ao acesso a recursos.

As ações observadas também dialogam com os achados de Araújo e Fahd (2022) sobre a importância da organização coletiva para aprimorar a experiência de venda e garantir a sustentabilidade dos negócios. A superação da lógica concorrencial tradicional, assumindo um comportamento cooperativo entre empreendedoras vizinhas, ecoa as análises de Martinho (2012) e Pereira (2016), que apontam o papel das mulheres como agentes inovadoras, mobilizando competências relacionais para lidar com ambientes desafiadores e superar desigualdades históricas de gênero no mercado de trabalho.

### *3.3 Segurança coletiva nos empreendimentos rurais femininos*

A prática colaborativa de segurança coletiva nos empreendimentos femininos se manifesta tanto na proteção física das empreendedoras, quanto na construção de redes de apoio, que minimizam vulnerabilidades sociais e econômicas (Ferreira, Bohnenberger & Schmidt, 2022; Guedes et al., 2023). No Brasil, pesquisas sobre empreendedorismo rural destacam que o trabalho coletivo fortalece as mulheres, garantindo sua permanência e resiliência na atividade econômica, conseguindo maior poder de negociação e reduzindo riscos de exploração (Baden-

Fuller, 2013; Rodrigues et al., 2021). Ou seja, o protagonismo feminino em regiões rurais permite a construção de segurança econômica, reduzindo a vulnerabilidade social das mulheres que, muitas vezes, enfrentam barreiras estruturais para o desenvolvimento de seus negócios (Antonio et al., 2020; Ferreira, Bohnenberger & Schmidt, 2022; Guedes et al., 2023) (Figura 7).



Figura 7. Proximidade e fortalecimento do empreendedorismo feminino rural  
Fonte: autoria própria.

Esta categoria demonstra-se relevante no contexto destes empreendimentos, devido ao fato destas empreendedoras estarem localizadas ao longo de uma estrada, próximas umas às outras, em que trafega muitas pessoas, muitos caminhheiros, elas ficam atentas umas às outras (Figura 8). Em um relato da Ana (pseudônimo) ela fala que uma vez percebeu um caminheiro se aproximando de sua sobrinha Maria (que tem uma barraca ao lado dela) de forma suspeita e ela correu para perto, para o homem perceber que ela não estava sozinha. E ainda, Ana complementa: "Se eu vir alguém mexendo... ah! Eu grito pra espantar, né? Chamando por ela (apontando para a dona da barraca ao lado)... pra ela vir correndo (risos)."



Figura 8. Barracas próximas e caminhões parados  
Fonte: autoria própria.

O depoimento de Júlia revela a sensação dessas mulheres em relação à violência física e patrimonial, e neste mesmo sentido, a fala de Maria corrobora com a ideia de que a segurança que elas sentem é motivada pela atenção, cuidado e colaboração mútua, quase inconsciente entre elas:

Mulher, aqui na comunidade é muito tranquila em relação a isso, sabe? Ninguém vê a história de alguém roubando as coisas, não. Até porque aqui a gente conhece praticamente todo mundo e sabe quem é todo mundo. Quando escuta uma história de que entrou alguém estranho na comunidade ou de que alguém passou pela comunidade, a gente já fica sabendo e já fica alerta, sabe?"  
Júlia

"Eu não me lembro de nenhuma história de alguma barraca que tenha sido roubada ou atacada. Mulher, aqui é muito tranquilo, né? Mas, no mundo em que a gente vive, tem que ficar atenta." Maria

A dimensão da segurança coletiva observada entre as empreendedoras da comunidade é central para compreender os mecanismos de resistência e proteção mútua construídos por mulheres em contextos de vulnerabilidade. A proximidade entre barracas e a vigilância compartilhada evidenciam formas de autocuidado e solidariedade, como apontado por Ferreira, Bohnenberger e Schmidt (2022) e Guedes et al. (2023), que discutem o fortalecimento de redes femininas como mecanismo de sustentação emocional e operacional dos empreendimentos.

Tais estratégias também se inserem na lógica de construção de poder coletivo, conforme descrita por Antonio et al. (2020), ao permitir que mulheres ampliem sua presença no espaço público, enfrentem o medo da violência e desenvolvam novas formas de agir politicamente no território. A atuação conjunta dessas empreendedoras, portanto, ressignifica o espaço da

estrada, antes percebido como inóspito ou perigoso, em um território de permanência, protagonismo e fortalecimento comunitário.

Os dados de campo e os relatos das entrevistadas evidenciam a presença de uma colaboração ativa e estratégica, que se manifesta em práticas dinâmicas de enfrentamento das adversidades cotidianas. Essa colaboração permite às empreendedoras atuar de forma coletiva diante de um ambiente competitivo e, por vezes, hostil, especialmente em função das vulnerabilidades estruturais enfrentadas por mulheres em contextos rurais. As três dimensões analisadas, divisão do trabalho com complementação de renda, gestão comercial e atendimento ao cliente, e segurança coletiva, revelam que as redes colaborativas fortalecem a economia local, consolidam o protagonismo feminino e promovem o desenvolvimento social da comunidade. Trata-se, portanto, de um modelo de organização produtiva enraizado em práticas de solidariedade, reciprocidade e pertencimento territorial.

#### **4. Discussão**

Os resultados desta pesquisa evidenciam que o empreendedorismo feminino na comunidade de Mirolândia transcende a lógica econômica de geração de renda individual, assumindo contornos de uma prática social complexa, territorializada e marcada pela colaboração. As mulheres investigadas constroem seus empreendimentos a partir de saberes herdados, redes de apoio e uma divisão flexível do trabalho que integra família, vizinhança e comunidade, confirmando os apontamentos de Oliveira et al. (2018) e Maia et al. (2019) sobre a centralidade dos vínculos afetivos e culturais na constituição dos negócios rurais.

As três dimensões analisadas: divisão do trabalho com complementação de renda, gestão comercial colaborativa e segurança coletiva, revelam um modelo de organização produtiva que rompe com o paradigma individualista predominante nos estudos sobre empreendedorismo. Ao invés disso, alinham-se à concepção de economia solidária baseada na reciprocidade e no cuidado mútuo, como discutido por Gaiger (2009) e Ferreira, Bohnenberger e Schmidt (2022). Tais práticas, muitas vezes invisibilizadas, sustentam a continuidade das atividades econômicas e reforçam a autonomia das mulheres em um contexto de precariedade estrutural.

O protagonismo das empreendedoras de Mirolândia confirma, ainda, o que Rosa et al. (2020) identificam como uma lacuna nos dados e na literatura sobre a atuação feminina no meio rural. Apesar de historicamente sub-representadas, essas mulheres vêm ocupando espaços de liderança e decisão, como demonstram os dados nacionais do SEBRAE (2022) e os relatos de vida coletados nesta pesquisa. A presença delas nos circuitos produtivos da cajucultura contribui para a sustentabilidade econômica da região, e desafia as estruturas tradicionais de gênero, conforme discutido por Martinho (2012) e Pereira (2016). Além disso, as práticas observadas se articulam com a noção de resistência ativa frente às múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por mulheres em territórios periféricos. A proteção coletiva, o apoio intergeracional e a partilha de recursos demonstram como a cooperação atua como estratégia de permanência e fortalecimento comunitário, retomando os argumentos de Antonio et al. (2020) e Rodrigues et al. (2021) sobre o papel do trabalho coletivo na construção de segurança econômica e política.

## 5. Conclusões

O artigo contribui para a literatura ao aprofundar a compreensão do empreendedorismo rural feminino a partir de uma abordagem territorializada e colaborativa. Ao analisar as práticas de mulheres da comunidade de Mirolândia no contexto da cajucultura, o estudo expande o debate sobre economia solidária e protagonismo feminino em regiões rurais, desafiando concepções hegemônicas que ainda predominam nos estudos sobre empreendedorismo. A articulação entre práticas empíricas e referenciais teóricos atualiza e enriquece o campo ao evidenciar como os vínculos comunitários, os saberes locais e a organização coletiva estruturam modelos alternativos de gestão produtiva e resistência frente às desigualdades de gênero e à precarização do trabalho no campo.

Do ponto de vista prático, o estudo oferece subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo feminino rural. Ao evidenciar estratégias como divisão colaborativa do trabalho, gestão compartilhada de recursos e construção de redes de segurança, o artigo mostra que as mulheres de Mirolândia constroem soluções inovadoras e eficazes para desafios estruturais enfrentados cotidianamente. A partir dessas práticas, recomenda-se a implementação de programas de fomento que considerem as especificidades locais e reconheçam o papel estratégico das mulheres como agentes do desenvolvimento sustentável, promovendo acesso a crédito, capacitação e infraestrutura adaptada à realidade rural.

Por fim, com base nas evidências e nas lacunas identificadas neste estudo, sugerem-se três direções para pesquisas futuras. Primeiramente, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre diferentes comunidades rurais para compreender como variam as práticas colaborativas e os modelos de empreendedorismo feminino em distintos contextos territoriais. Em segundo lugar, é pertinente investigar os impactos de políticas públicas específicas (como acesso a crédito, capacitação técnica e programas de fomento) sobre a sustentabilidade dos empreendimentos liderados por mulheres no campo. Por fim, propõe-se a ampliação das abordagens metodológicas com o uso de técnicas participativas e etnográficas que aprofundem o entendimento sobre os vínculos afetivos, redes de solidariedade e dinâmicas de poder que permeiam o trabalho feminino rural.

## Referências

- Antonio, G. J. Y.; Braga, C. M. H. de G. A.F.; Assis, R. L. de; Aquino, A. M. de. (2020). *O protagonismo das mulheres rurais. Realidade atemporal: o caso de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil*. Boletín de Estudios Geográficos, n. 113, pg. 69-89.
- Araujo, A. L.; Fahd, P. G. (2022). *A controladoria e as objeções em empreendimentos de economia solidária quanto a gestão: um estudo exploratório*. Revista P2P e INOVAÇÃO, v. 9, n. 1, 2022.
- Baden-Fuller, C., Haefliger, S. (2013). *Business Models and Technological Innovation*, Long Range Planning, Volume 46, Issue 6, Pages 419-426, ISSN 0024-6301, <https://doi.org/10.1016/j.lrp.2013.08.023>.

- Brainer, M. S. C. P. & Vidal, M. F. (2020). *Cajucultura*. Caderno Setorial ETENE. Banco do Nordeste. Ano 5, n.º 114. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/231/1/2020\\_CDS\\_114.pdf](https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/231/1/2020_CDS_114.pdf) Acesso em: 05/04/2023.
- Brainer, M. S. C. P. (2022). *Cajucultura*. Caderno Setorial ETENE. Banco do Nordeste. Ano 7, n.º 230. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1328/1/2022\\_CDS\\_230.pdf](https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1328/1/2022_CDS_230.pdf) Acesso em 04/05/2023.
- Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. (2022). *PIB do Agronegócio brasileiro*. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx#:~:text=Considerando%2Dse%20os%20desempenhos%20da,pecu%C3%A1rio%20avan%C3%A7ou%20%2C11%25>. Acesso em: 15/04/2023.
- Companhia Nacional de Abastecimento. (2023). *Panorama sobre a cajucultura no Ceará*. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuário-e-extrativista/analises-do-mercado/historico-mensal-de-castanha-de-caju/item/20022-castanha-de-caju-analise-mensal-janeiro-2023> Acesso em 30/03/2023.
- Erazo, R. de L., das Chagas Costa, S. C. F., & de Sousa Silva, L. D. J. (2020). *A importância da mulher na agricultura familiar: Comunidade Lago Janauacá, Careiro Castanho-AM*. Terceira Margem Amazônia, 6(15), 242-255.
- Ferreira, K. R.; Bohnenberger, M. C.; Schmidt, S. (2022). *A colaboração como alternativa para minimizar as barreiras encontradas pelas mulheres empreendedoras*. XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD, 2022.
- Gaiger, L. (2009). *A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades*. Caderno CRH, v. 22, n. 57, p. 583-600.
- Gavras, D. (2018). *Mulheres ganham espaço no campo e ocupam 30% dos cargos de comando*. O Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/542776/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 14/04/2023.
- Guedes, A., Neto, E., Pacheco, C. S., Santos, M., Coccozza, F. (2023). Empreendedorismo rural feminino e agroecologia: Female rural entrepreneurship and agroecology. Revista Semiárido De Visu. 11. 298-313. 10.31416/rsdv.v11i2.586.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. *Produção de Castanha de Caju – Cultivo*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/castanha-de-caju-cultivo/br> Acessado em 30/03/2023.
- Keller, P. F. (2011). *Trabalho artesanal e cooperado: realidades, mudanças e desafios*. Sociedade e Cultura, 14(1), 29-40.
- Machado, H. V.; Gazola, S. & Anez, M. E. M. (2013). *Criação de empresas por mulheres: um estudo com empreendedoras em Natal, Rio Grande do Norte*. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo, v. 14, n. 5, p. 177-200.
- Maia, F. S., Gielda, J. J., & Maia, T. S. T. (2019). *Empreendedorismo Feminino na Produção Rural: um estudo no oeste Catarinense*. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, 4, 186-231.
- Martinho, S. (2012). *Empreendedorismo Feminino: Motivações, características e obstáculos das mulheres empreendedoras em Portugal*. Covilhã - Portugal, UBI. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais). Universidade da Beira Interior.
- Martini, U., Malacarne, K., Giovanazzi, S., Buffa, F. (2020). Sustainable tourism development in rural and marginal areas and opportunities for female entrepreneurship: lessons from an

- exploratory study. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*. ahead-of-print. 10.1108/WHATT-05-2020-0023.
- Oliveira, A. B. B., Silva, R. A., Siqueira, E. S., & Siqueira Filho, V. (2018). *O empreendedorismo rural na cajucultura: um estudo de caso*. *HOLOS*, 5, 116-139.
- Pato, M. L., & Teixeira, A. A. (2016). *Twenty years of rural entrepreneurship: a bibliometric survey*. *Sociologia Ruralis*, 56(1), 3-28.
- Pereira, J. (2016). *Empreendedorismo Feminino no ensino superior: Análise do Instituto Politécnico do Porto*. Portugal. Dissertação (Mestrado em Gestão das Organizações) Instituto Superior Politécnico do Porto.
- Rodrigues, A. S. M.; Gaspar, L. C. S.; Rodrigues, D. R.; Afonso, H. C. A. da G. (2021). Fatores Críticos Relacionados ao Empreendedorismo Feminino. *Espacio Abierto*, v. 30, n. 1, p. 75–96, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/122/12266352004/html/>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- Rosa, A. B.; Souza, E. L.; Fang, W. & Menezes, G. R. (2020). *Empreendedorismo Rural Feminino: Um Estudo Bibliométrico para o Brasil*. In: Anais do 58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Foz do Iguaçu-PR: UNIOESTE. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/sober2020/253869-EMPREENDEDORISMO-RURAL-FEMININO--UM-ESTUDO-BIBLIOMETRICO-PARA-O-BRASIL>>. Acesso em: 13/04/2023.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2022). *Empreendedorismo Feminino no Brasil*. Disponível em: [https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Empreendedorismo-Feminino-ate-III-trim\\_2022\\_v5.pdf](https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Empreendedorismo-Feminino-ate-III-trim_2022_v5.pdf) Acesso em 14/04/2023.
- Silveira, C. A. & Fernandes, F. R. (2012). *Empreendedorismo feminino: análise dos fatores que influenciam no processo de empreender*. Pesquisa Científica apresentada a Pró-reitoria de pesquisa e Pós-graduação da PUC – Minas.
- Souza, E. C. L. de (Org.); Guimarães, T. de A. (Org). (2005). *Empreendedorismo além do plano de negócio*. São Paulo: Atlas.
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Penso Editora.